

CIMS S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

| | Página |
|--|---------------|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Demonstrações contábeis | 7 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 | 13 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Aos administradores e acionistas da
CIMS S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CIMS S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIMS S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízos líquidos recorrentes, basicamente, pelo fato da Companhia não exercer atividades operacionais, fatores que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de seus investimentos, dependendo substancialmente de recursos advindos de seus acionistas para continuidade normal de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.



Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) no montante de R\$9.433. Esses certificados são precificados e registrados ao valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização do ativo financeiro como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência desses certificados pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira emissora desses certificados. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3.4 e 4.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as aplicações financeiras no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, requeridas pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios estabelecidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

CIMS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais, sem centavos)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|----------------------|-----------------------|
| Ativo | | |
| Ativo circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | <u>9.433</u> | <u>170.981</u> |
| | 9.433 | 170.981 |
| Ativo não circulante | | |
| Impostos a recuperar (Nota 5) | <u>7.153</u> | <u>7.633</u> |
| | 7.153 | 7.633 |
| Total do ativo | <u>16.586</u> | <u>178.614</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais, sem centavos)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|----------------------|-----------------------|
| Passivo e Patrimônio líquido | | |
| Passivo circulante | | |
| Impostos e contribuições a recolher | <u>568</u> | <u>366</u> |
| | 568 | 366 |
| Patrimônio líquido (Nota 7) | | |
| Capital social | 1.578.856 | 1.578.856 |
| Prejuízos acumulados | <u>(1.562.838)</u> | <u>(1.400.608)</u> |
| | <u>16.018</u> | <u>178.248</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | <u>16.586</u> | <u>178.614</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais, sem centavos, exceto o prejuízo por ação)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Despesas gerais e administrativas (Nota 8) | <u>(166.292)</u> | <u>(162.230)</u> |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | <u>(166.292)</u> | <u>(162.230)</u> |
| Resultado financeiro, líquido (Nota 9) | | |
| Receitas financeiras | 4.649 | 8.779 |
| Despesas financeiras | <u>(587)</u> | <u>(3.805)</u> |
| | <u>4.062</u> | <u>4.974</u> |
| Prejuízo do exercício | <u>(162.230)</u> | <u>(157.471)</u> |
| Prejuízo básico e diluído por ação (Nota 7.c) | (0,02) | (0,02) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em reais, sem centavos)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Prejuízo do exercício | (162.230) | (157.471) |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(162.230)</u> | <u>(157.471)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em reais, sem centavos)

| | Capital social integralizado | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|-----------------------------|---------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 1.378.856 | (1.243.137) | 135.719 |
| Aumento de capital | 200.000 | - | 200.000 |
| Prejuízo do exercício | - | (157.471) | (157.471) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 1.578.856 | (1.400.608) | 178.248 |
| Prejuízo do exercício | - | (162.230) | (162.230) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 1.578.856 | (1.562.838) | 16.018 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais, sem centavos)

| | 2018 | 2017 |
|---|-------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | (162.230) | (157.471) |
| Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais | | |
| Provisão para contingência | - | (30.000) |
| Variações nos ativos e passivos | 682 | 670 |
| Impostos a compensar | 480 | 165 |
| Impostos e contribuições a recolher | 202 | -35 |
| Outros | - | 540 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | (161.548) | (186.801) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | - | 200.000 |
| Aumento de capital | - | 200.000 |
| (Redução)/Aumento de caixa e equivalentes | (161.548) | 13.199 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 170.981 | 157.782 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 9.433 | 170.981 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

CIMS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em reais)

| | 2018 | 2017 |
|--|-------------|-------------|
| Insumos adquiridos de terceiros | (147.037) | (144.982) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (147.037) | (144.982) |
| Valor adicionado bruto | (147.037) | (144.982) |
| Valor adicionado líquido produzido | (147.037) | (144.982) |
| Valor adicionado recebido em transferência | 4.062 | 4.974 |
| Receitas financeiras | 4.062 | 4.974 |
| Valor adicionado total a distribuir | (142.975) | (140.008) |
| Distribuição do valor adicionado | (142.975) | (140.008) |
| Impostos, taxas e contribuições | 19.255 | 17.463 |
| Remuneração de capitais próprios | (162.230) | (157.471) |
| Prejuízos retidos do exercício | (162.230) | (157.471) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A CIMS S.A. (“Companhia”) tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1994 para exercer as atividades de investimento em outras companhias, em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

A Companhia ainda não exerce atividades operacionais e apresenta saldo elevado de prejuízo acumulados e prejuízos recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 25 de março de 2019.

2.1.1. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor 31 de dezembro de 2018

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, da seguinte forma:

Em vigor para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 – Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

Os pronunciamentos que começaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 não causaram impactos significativos para a Companhia.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de aluguéis.
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto – R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – custos dos empréstimos – R1)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

3.3. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3.4. Ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa, saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos

de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia, não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

3.6. Prejuízo básico e diluído por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

CIMS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais)

(iv) *Hierarquia de valor justo*

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

3.8. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

3.9. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

| | 2018 | 2017 |
|----------------------|--------------|----------------|
| Banco | 1 | 1 |
| Aplicação financeira | 9.432 | 170.980 |
| | 9.433 | 170.981 |

As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários (CDB) emitidos por instituição financeira de primeira linha e classificados como para negociação. A composição da carteira está representada por:

Certificado de depósito bancário

| Remuneração | Data de Vencimento | Valor de Custo | Valor atual | Nível |
|-------------|--------------------|----------------|--------------|-------|
| 90% CDI | 09/08/2019 | 6.729 | 7.292 | 1 |
| 90% CDI | 11/10/2019 | 2.000 | 2.140 | 1 |
| | | | <u>9.432</u> | |

CIMS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais)

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Representado por imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras ocorridos entre 2012 e 2018. Para os créditos até 2017 foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou as pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.578.856 está representado por 21.023.873 ações, sendo 7.008.011 de ações ordinárias e 14.015.862 de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Tendo em vista os prejuízos apurados, não foram deliberados dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

c) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme quadro abaixo:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| ON | 7.008.011 | 7.008.011 |
| PN | 14.015.862 | 14.015.862 |
| Quantidade de ações | 21.023.873 | 21.023.873 |

Memória de cálculo do resultado por ação (básico e diluído):

| Exercício findo em | Prejuízo do exercício findo em 31/12/2018 | Média ponderada de ações ordinárias | Prejuízo por ação |
|---------------------------|--|--|--------------------------|
| 31/12/2018 | (162.230) | 7.008.011 | (0,02) |
| Exercício findo em | Prejuízo do exercício findo em 31/12/2017 | Média ponderada de ações ordinárias | Prejuízo por ação |

CIMS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais)

31/12/2017

(157.471)

16.059.465

(0,02)

CIMS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais)

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesas com marketing & publicidade | (20.850) | (19.916) |
| Serviços de contabilidade | (58.607) | (56.013) |
| Outros serviços prestados | (28.627) | (28.163) |
| Emolumentos judiciais e cartorários | (615) | (3.038) |
| Anuidade BM&F Bovespa | (38.333) | (36.636) |
| Taxa de fiscalização CVM | (19.039) | (17.040) |
| IOF | - | (16) |
| Impostos e taxas diversos | (216) | (408) |
| Outras despesas administrativas | (5) | (215) |
| | (166.292) | (161.445) |

9. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesa financeira | | |
| Despesas bancárias | (587) | (505) |
| Encargos financeiros | - | (3.300) |
| | (587) | (3.805) |
| Receita financeira | | |
| Receita aplicação financeira | 4.314 | 8.170 |
| Receita de atualização de impostos | 335 | 609 |
| | 4.649 | 8.779 |
| Resultado financeiro, líquido | 4.062 | 4.974 |

10. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação.

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

Risco de crédito

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira da Companhia não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições

financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam a receita financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

| | Taxa Efetiva estimada para 2019 |
|-----|------------------------------------|
| CDI | 6,50% |

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos.

Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

| Operação | Fator de risco | Cenário provável | Cenário I - deterioração de 25% | Cenário II - deterioração de 50% |
|---------------------------------|----------------|------------------|---------------------------------------|--|
| Ativos | | | | |
| Indexador | CDI | 6,50% | 4,87% | 3,25% |
| Aplicações financeiras | | | | |
| R\$ 9.432 - 31/12/2018 (Nota 4) | - | 613 | 459 | 306 |

11. EVENTO SUBSEQUENTE

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2019, foi deliberado sobre o aumento de capital social da Companhia em R\$ 200.000, a ser integralizado pelos sócios na mesma data.